

# PROPOSTA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, VIA PLANFOR: Uma Questão em Debate<sup>1</sup>

*Simone Peleteiro Fernandez<sup>2</sup>*

---

## Introdução

Esse artigo pretende discutir a proposta de formação profissional do governo FHC, via PLANFOR, tendo em vista o contexto da sociedade brasileira de desresponsabilização do Estado com a realidade do desemprego e precarização das relações de trabalho. A discussão levantada pauta-se em pesquisa exploratória que realizamos com o objetivo principal de desvendar o significado de projetos de capacitação profissional desenvolvidos pela Asplande, CVI., Fé e Alegria e Idac<sup>3</sup>, ONGS filiadas à ABONG<sup>4</sup>, no município do Rio

---

<sup>1</sup> Esse texto é parte da Dissertação de Mestrado intitulada " *O Significado de Projetos de Capacitação Profissional desenvolvidos por ONGs em Parceria com o Estado: Entre a Afirmação e a Negação da Cidadania*". PUC/RIO, Maio, 2000.

<sup>2</sup> Mestre pelo Departamento de Serviço Social da PUC/RIO.

<sup>3</sup> A definição do objeto de estudo decorreu de um longo processo de aproximação com o campo empírico. A princípio o objetivo principal da pesquisa consistia em estudar a participação de Assistentes Sociais nas ONGs, enfatizando as possibilidades e limites de contribuição do Serviço Social, no sentido de ampliação da cidadania nesse espaço profissional. Assim sendo, tomamos inicialmente como referência para a delimitação do universo de investigação, as ONGs filiadas à ABONG no município do Rio de Janeiro, que segundo cadastro da associação já citada, somavam 42 entidades, entre as quais, apenas 7 delas contavam com Assistentes Sociais em seus quadros. Como um outro critério para a delimitação do universo a ser pesquisado, selecionamos no grupo de 7 entidades, apenas aquelas que desenvolviam projetos de capacitação profissional, considerando que esses projetos supostamente se constituiriam como mediação na questão da cidadania. Com esse recorte foram incluídas na pesquisa as quatro ONGs mencionadas anteriormente. A partir da inserção nas ONGs, constatamos que a questão mais premente que se colocava no estudo não era a particularidade de determinada carreira profissional no espaço das entidades, mas sobretudo o desafio que as ONGs, através do conjunto de seus profissionais, enfrentavam no desenvolvimento de projetos sociais em parceria com o Estado, tendo como perspectiva a garantia e a ampliação da cidadania.

<sup>4</sup> No Brasil em 1991 foi criada a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), a partir da aproximação de organizações voltadas sobretudo para a educação popular, orientando e apoiando os trabalhos de base, fundadas sobretudo

de Janeiro, em parceria com o Estado, tendo em vista o processo de garantia e ampliação da cidadania.

Consideramos que mais do que nunca se constitui como tarefa delicada desvendar o significado das propostas de cidadania das ONGs, já que o discurso governamental incorporou para si a noção de cidadania pautada no ideário neoliberal. Assim sendo, torna-se um processo complexo apreender as possíveis semelhanças e diferenças entre os discursos de cidadania, diante da possibilidade de manipulação e cooptação das ONGs por parte do Estado.

Nesse sentido, Mota (1998) indica a tentativa do governo em transformar grupos organizados como: associações comunitárias, organizações filantrópicas, ONGs, sindicatos, “*em novas escolas e agências do trabalho reestruturado*” (Mota; 1998; 41). Através da realização de parcerias com a sociedade civil, desenvolvem-se projetos de capacitação profissional, voltados sobretudo para jovens carentes.

Diante das transformações no mundo do trabalho e do aumento da incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano, a questão que se coloca no Brasil, sobretudo a partir do final da década de noventa, é quanto ao modelo de formação profissional e para que tipo de realidade de trabalho se busca preparar os trabalhadores, tendo em vista o aumento do desemprego e uma situação de trabalho cada vez mais precarizada.

De acordo com Gentilli (1998), a partir do processo de reestruturação produtiva e de substituição da “*promessa integradora*”, não se imagina mais o mercado como um espaço capaz de inserir a todos. A inserção no mesmo, torna-se muito mais arriscada e com um alto custo social. A garantia do trabalho como direito social se desfaz diante da “*promessa de empregabilidade*” como capacidade individual para enfrentar um mercado de trabalho alta-

---

na década de 80: o IBASE, FASE, ISER e IDAC foram os principais impulsionadores desse lento processo de formação dessa associação. Para uma delimitação do nosso objeto de estudo, tomamos como referência apenas as ONGs filiadas à ABONG. Vale ressaltar que segundo relatório da ABONG (1997), ONGs se constituem como “*organizações da sociedade civil, empenhadas no fortalecimento da Cidadania e Democracia, mas que não têm um caráter de representação de um determinado grupo social ou de prestação de serviços filantrópicos a uma determinada comunidade. Com o objetivo fundamental de contribuir para a consolidação de uma sociedade democrática, justa e igualitária e estimular a participação e a solidariedade*”.

mente competitivo. *“Na era do fim dos empregos só a competência empregatícia flexível do indivíduo é apontada como possibilidade de sucesso no mundo das relações laboriais”*. (Gentilli; 1998; 89)

Sendo assim, o Governo FHC lançou na década de 90, através do Ministério do Trabalho, o Plano Nacional de Formação Profissional do Trabalhador (PLANFOR) com duração inicialmente prevista para o período de 1995 a 1998, prazo que foi prolongado até 2002, com o objetivo de fornecer as diretrizes para os projetos de qualificação profissional realizados em parceria com a sociedade civil. O PLANFOR inscreve-se na retomada, pelo atual governo, da discussão da Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em 1965, quando o governo brasileiro se comprometeu a implementar uma política nacional que promovesse a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Para tanto, o governo FHC determinou a elaboração de um Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), para ser apresentado na Conferência Mundial dos Direitos Humanos em junho de 1993. Tendo como referência esse programa, o Ministério do Trabalho desencadeou um processo de implementação dessa convenção em que se inscreve o PLANFOR e sua proposta de estabelecer uma igualdade de oportunidades, tendo como elemento central a educação.

Segundo relatório do PNDH (Brasília; 1998), serão abordados no programa sobretudo os direitos civis, ou seja, *“aqueles que ferem diretamente a integridade física e cidadania de cada um, visando garantir o direito à liberdade e à igualdade perante a lei”*. O Programa atribui às organizações da sociedade civil, uma responsabilidade na promoção dos direitos humanos, especialmente nas iniciativas voltadas para a Educação e formação da cidadania.

Consideramos assim, que o PLANFOR, diante do processo de fragilização das relações de trabalho, incremento do desemprego estrutural e desmantelamento dos sistemas de proteção social, constitui-se, sobretudo, como um dos investimentos do governo FHC, no desenvolvimento de uma cultura pública que busca passar uma idéia de ampliação da liberdade do trabalhador, a partir da nova estruturação do trabalho e minimização da intervenção estatal no que diz respeito a regulação entre capital e trabalho.

O PLANFOR, segundo relatório de atividades de Março de 1999, inscreve-se na proposta maior do governo FHC de construção

de um Desenvolvimento Sustentado, **“de forma a equalizar crescimento econômico com a construção de uma sociedade democrática e mais igualitária”**, para tanto, aponta-se a **“Educação como elemento central na formação de cidadãos conscientes de seu papel e de seus direitos”**.

Como forma de legitimar sua atuação, esse plano propôs uma política de avaliação dos Planos Estaduais de Qualificação Profissional (PEQs) em parceria com Universidades, setores do empresariado, segmentos populares, paralelamente à execução dos programas, já em 1996.

A política do PLANFOR está calcada no discurso de que cada vez mais o mercado de trabalho exige um profissional com um perfil determinado, funcional às inovações tecnológicas, implicando por parte do trabalhador **“uma nova forma de pensar o mundo, de pensar as relações sociais, adequada a modernização das relações entre capital e trabalho, livre das amarras do Estado”**. (Guia do Planfor; Mar/1999)

Segundo avaliação nacional do PLANFOR:

**“Embora qualificação profissional em si não possa garantir emprego, em 1996, 152 mil treinandos do PLANFOR foram encaminhados ao mercado de trabalho; em 1997, foram 471 mil e 582 mil em 1998. No cômputo global, 1,2 milhões de trabalhadores, representando 48% do total de desocupados que passaram pelo PLANFOR em 1996\96, foram encaminhados ao mercado de trabalho.”** (O PLANFOR e suas Diversas Formas de Avaliação; FAT\ Brasília \2000).

Apesar de apontar o número de treinandos inseridos no mercado de trabalho, os programas de avaliação não problematizam o crescente processo de desigualdade social e retrocesso dos direitos, tendo em vista a impossibilidade de acesso de amplos setores ao mercado de trabalho, como também a informalização das relações trabalhistas.

De acordo com dados do guia de avaliação do PLANFOR (2000), a pesquisa com egressos dos cursos de qualificação foi implementada em todos os PEQs em 1997, sendo concluída pela maioria até o final de 1998. Seus resultados foram sintetizados nos seguintes termos:

*melhoria na eficiência e qualidade do trabalho realizado; no relacionamento pessoal; nas chances de conseguir trabalho; autoconfiança; iniciativa; autodesenvolvimento; qualificação; atualização de conhecimentos; ajuda na organização do próprio negócio...*” (O PLANFOR e suas Diversas Formas de Avaliação; FAT\Brasília\2000).

Percebemos na avaliação do PLANFOR, a transferência para a dimensão individual da inserção ou não no mercado de trabalho, de forma a fazer crer aos indivíduos isoladamente que sua situação sócio-econômica decorre de sua competência no mercado, pautado numa visão anti-histórica do conjunto das relações sociais.

Segundo conclusão da avaliação nacional do plano:

*“A formação profissional, quando efetiva, constitui benefício social permanente, não podendo ser aferida apenas pela colocação ou não no mercado de trabalho ou na ocupação, que possuem outras determinações (a capacidade de geração de oportunidades). Junto com a dimensão da elevação da cidadania, também contemplada pelo PLANFOR, pode representar importante reforço na garantia da sobrevivência e melhoria das condições de vida, ainda que à margem do mercado, ao transmitir conhecimentos e habilidades necessárias ao cotidiano das famílias e comunidades.”* (O PLANFOR e suas Diversas Formas de Avaliação; FAT\Brasília\2000).”

A cidadania tende, desse modo, a ser concebida como capacidade individual de manutenção da sobrevivência e melhoria das condições de vida, afastando-se da noção de direito, de participação dos sujeitos políticos na condução da vida em sociedade.

Fala-se assim, da formação de um *“cidadão produtivo”*, aquele em que consciência e competência estão associadas, como condição para o desenvolvimento integral do indivíduo, de acordo com as modificações na relação capital-trabalho. Trata-se de alguém *“consciente, capaz de tomar iniciativa, sintonizado com as mudanças no processo de produção”* (Guia do Planfor; Mar/1999).

Dessa forma, de acordo com as diretrizes do plano, constituir-se-ia como direito fundamental do trabalhador, o seu preparo para aproveitar novas oportunidades de trabalho, diante das novas

relações aí inscritas, o que substituiria de acordo com esse discurso, a ação de um Estado *“tutelador e autoritário”* que cerceia e impõe limites a liberdade dos indivíduos, pela livre negociação entre empregados e empregadores.

Percebemos um paradoxo na proposta de formação profissional do PLANFOR. Quando o plano trata da Educação de um ponto de vista mais teórico, como elemento constitutivo do processo de modernização das relações entre capital e trabalho, toma como referência as mudanças no processo de produção capitalista, mas quando aborda a implementação do plano de formação profissional, o governo, diante da difícil tarefa de associar o discurso da liberdade, da consciência no processo produtivo à realidade da população excluída desse espaço, apela para o estímulo à inserção dos setores populares ao mercado informal, exaltando as *“pseudo-vantagens”* deste, no que diz respeito ao desenvolvimento da liberdade individual, a mercê das leis do mercado, da oferta e da procura.

Nesse sentido, Mota (1998) considera que no momento atual, o setor informal está associado ao setor formal, mediante uma relação de subordinação que favorece a hegemonia capitalista. Trata-se da tentativa de construção de um *“pensamento único”*, amparado no processo de reestruturação produtiva de inspiração neoliberal. Segundo a autora citada, esse processo consolida-se no Brasil, através da construção e propagação de uma *“cultura moderna”*, que tem como principais vetores: a competência individual, a desresponsabilização do Estado com a proteção do trabalho, a empregabilidade e vários outros elementos que desconstróem as reivindicações e conquistas históricas da classe trabalhadora.

A partir da reforma do Estado, promove-se na realidade uma naturalização das relações sociais aí inscritas. Nesse contexto, a atuação do Estado na área de qualificação e treinamento, apesar de apontada como um direito do trabalhador, não é considerada como responsabilidade exclusiva das instâncias governamentais, que assumiriam o papel de regulação, tendo em vista, definir e coordenar essa política, realizada em associação com as organizações do sociedade civil, mediante a construção de um discurso que defende uma gestão participativa que *“possibilitaria um controle social, sem ser estatal”*. (Guia do Planfor; Mar/1999). Essa forma de gestão das políticas sociais, de acordo com o discurso do PLANFOR, tornaria possível a superação da visão *“assistencialista e*

*clientelista*” do passado em direção a uma *“efetiva participação autônoma da sociedade civil na gestão dos serviços sociais”*

O cidadão, segundo esse discurso, passa a ser concebido como aquele que tem como propriedade fundamental a liberdade, livre das amarras de um Estado *“tutelador e autoritário”*, é capaz de desenvolver seu potencial criativo e de forma *“consciente”* escolher seu caminho: *“qualificar-se, acompanhar o processo de modernização das relações entre capital e trabalho ou se manter à margem desse processo, excluído do mercado de trabalho e com crescente dificuldades de construção da sua cidadania”*. (Guia do Planfor; Mar/1999).

## **Experiências de Capacitação Profissional Desenvolvidas por ONGS em Parceria com o Estado**

Nesse contexto de incertezas quanto à realidade econômico-social e política, segundo Franco (1998), ocorre uma indefinição, até mesmo, em relação aos termos utilizados em referência aos processos de formação dos trabalhadores em meio às transformações produtivas. Os termos como formação profissional, qualificação, capacitação profissional e vários outros ganham complexidade diante da nova realidade produtiva e dos diversos discursos e ideologias construídos no contexto das transformações no mundo do trabalho.

Sendo assim, consideramos que a ênfase presente no discurso do governo federal quanto à importância da capacitação profissional, sobretudo no decorrer da década de 90, assume como papel fundamental, a amenização dos conflitos sociais, tendo em vista o aumento do desemprego estrutural e a precarização das relações de trabalho. A proposta de capacitação profissional presente no PLANFOR, compreendida como possibilidade de adequação dos trabalhadores às transformações do mercado, distingue-se da concepção de formação profissional proposta por Frigotto (1999), inscrita no conjunto das relações e lutas sociais, tendo em vista o processo de luta hegemônica em torno da condução da vida em sociedade.

Consideramos que a redução da política de formação profissional ao oferecimento de cursos de *“capacitação profissional”*, de caráter pontual e fragmentado, em parceria com organizações da sociedade civil, isolados de uma política educacional mais am-

pla e que apontam para uma inserção marginal no mercado, consideramos que acaba por reforçar o modelo instrumentalista e imediatista da política de formação profissional, no sentido de adequar os interesses dos trabalhadores às **“exigências do capital”**.

Como forma de problematizar essa realidade realizamos uma pesquisa com quatro ONGs filiadas à ABONG no município do Rio de Janeiro, que desenvolvem projetos de capacitação profissional em parceria com o Estado, pautada na percepção dos profissionais dessas entidades (coordenadores das ONGs e coordenadores dos projetos de capacitação profissional), quanto às atividades desenvolvidas nesses projetos, tendo em vista a proposta mais ampla dessas entidades no que diz respeito ao processo de garantia e ampliação da cidadania.

Na Asplande enfocamos o projeto “Capacitação de Gestores de Cooperativas Populares”; no CVI enfocamos o projeto “Curso de Prontidão para o Trabalho”; no Fé e Alegria, o projeto de “Assessoria a Creches”; no IDAC, o projeto “Ser Menina”.

O projeto “Capacitação de Gestores de Cooperativas Populares” da Asplande surgiu em 1998. Tem como objetivo capacitar esses gestores através de um curso de no mínimo 18 e no máximo de 60 horas, utilizando metodologia de desenvolvimento integral e harmônico, que se pauta na concepção de desenvolvimento local. Segundo discurso institucional, o que interliga todos os projetos desenvolvidos pela Asplande é exatamente a proposta metodológica de desenvolvimento integral e harmônico que apresenta as seguintes etapas: caracterização da realidade; levantamento de problemas; hierarquização dos problemas; proposição e solução de medidas e encaminhamento dessas soluções, tendo em vista, uma proposta de planejamento e estratégia para desenvolver qualquer tipo de empreendimento, seja ele, desenvolvido por deficientes físicos, mulheres ou jovens, não há uma diferenciação nesse sentido.

O curso “Prontidão para o Trabalho” do CVI é ministrado em 12 horas para turmas de até 12 participantes. Apesar do coordenador da ONG considerá-lo como um **“curso de interesse a qualquer um que queira ingressar no mercado de trabalho”**, mantém o ele realizado apenas com portadores de deficiência física, que é o público-alvo do CVI. Esse curso tem como objetivo, preparar o portador de deficiência para ingressar no mercado de trabalho, oferecendo basicamente noções de apresentação pessoal, responsabilidade, relacionamento interpessoal, produtividade e



legislação trabalhista, ou seja, salienta-se no projeto a importância não só de uma qualificação técnica, mas principalmente da criação de novos hábitos concebidos como necessários para que o portador de deficiência ingresse ou reingresse no mercado de trabalho. O curso não se propõe a ensinar determinada profissão, mas sim em promover a **“adequação da pessoa”** a um ambiente de trabalho. No que se refere ao treinamento mais técnico, o projeto convida profissionais da área enfocada para darem palestras nos cursos.

O projeto “Ser Menina”, desenvolvido pelo IDAC tem a proposta de capacitação profissional como uma de suas linhas de trabalho. Atende meninas adolescentes entre 12 e 17 anos em situações de pobreza e exclusão, na rua e em comunidades da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A linha de capacitação profissional tem como objetivo iniciar a menina no mercado de trabalho, não no sentido de formar um profissional, mas de forma que tenha uma **“autonomia financeira”**, concebida assim, mais como “estratégia de sobrevivência”. O trabalho é apontado como elemento que perpassa todas as atividades do projeto, no que diz respeito ao **“significado do trabalho na vida das meninas, enquanto tema a ser discutido, buscando o resgate de sua identidade e auto-estima”**.

O projeto de “Assessoria a Creches” do Fé e Alegria, centrado na co-gestão de creches com o poder público e com organizações comunitárias, tem como objetivo principal a melhoria na qualidade do atendimento educacional das crianças, através da contribuição para a formação dos educadores e participação em movimentos de luta pela ampliação do número de creches. O trabalho volta-se, sobretudo, para o acompanhamento pedagógico das atividades diárias desenvolvidas nas creches, na relação entre as crianças e professores; na realização de reuniões com as famílias dessas crianças (preparadas junto com os educadores, onde são discutidos temas ligados à saúde, à educação, a própria questão da família) e no acompanhamento do movimento de luta por creches comunitárias.

Os projetos de capacitação profissional desenvolvidos pelas ONGs citadas, são todos realizados em alguma medida com a parceria do poder público, através principalmente do programa Comunidade Solidária, de programas ligados diretamente ao Ministério do Trabalho e Emprego e através do poder público municipal local.

A reflexão sobre o desenvolvimento de projetos de capacitação profissional realizados por determinadas ONGs em parceria com o

Estado, como mediação para a cidadania, nos fez detectar a difícil tarefa de desvendar a tensão que existe na relação entre as ONGs e o Estado, já que como vimos, o discurso governamental, incorporou para si a noção de cidadania, historicamente presente nos discursos construídos pela maioria das ONGs.

Através da análise dos relatos dos coordenadores dos projetos de capacitação profissional, buscamos detectar as diferentes concepções de cidadania e ao mesmo tempo desvendar em que medida as atividades desenvolvidas nesses projetos se constituem como um canal para a efetivação desses discursos e de que forma são encaminhadas as demandas da população-alvo dos projetos.

Todos os coordenadores dos projetos de capacitação profissional consideram que as atividades desenvolvidas, contribuem para o processo de ampliação da Cidadania. Contudo, como veremos nas falas abaixo as visões de como se dá esse processo são bastante diferenciadas entre os entrevistados:

*“...O trabalho é uma das necessidades humanas que o cidadão deve ter satisfeita ... nós estamos contribuindo nessa pequena parte ... preparar a pessoa para o trabalho informal, para que seja um empreendedor ... Contribuir para que as pessoas sejam donas de seu próprio destino, é resgatar nelas valores de cidadania...”* (Entrevistado da Asplande)

*“...com a tendência da globalização, mais do que formação específica, você precisa de formação como cidadão (formação de hábitos que propiciam uma adequação aos novos desafios do mundo do trabalho) para competir no mercado de igual para igual...”* (Entrevistado do CVI)

*“...no que se refere a cidadania a gente considera que mais importante do que a própria profissionalização, é a educação para o trabalho, a discussão sobre a importância que tem o trabalho na vida do homem e como você se relaciona com as diversas pessoas ... você vai estabelecendo padrões de relação com outras instituições, que te faz pensar, que vida é essa que eu tenho, o que eu posso atingir ... e perceber que vai depender muito de mim, não só de leis...”* (Entrevistado do IDAC)

***“... atuar no espaço da cidadania significa ter uma atuação no macro, percebendo a educação infantil no seio das políticas públicas e no micro, através de uma orientação pedagógica, buscando nos educadores uma postura crítica quanto a realidade... A proposta não é inserir no mercado de trabalho, mas formar os educadores já em serviço”... (Entrevistado do Fé e Alegria)***

De uma forma geral, percebemos uma tendência dos coordenadores dos projetos de capacitação em reproduzir o discurso do PLANFOR, do trabalho enquanto mediação para a cidadania, a partir de uma perspectiva que enfatiza o esforço individual no sentido de adequação do trabalhador à competição no mercado.

Nesse sentido, consideramos que os coordenadores dos projetos de capacitação das entidades pesquisadas tendem a absorver o discurso oficial quanto à importância da qualificação técnica dos jovens, associada à valorização da cultura, do cotidiano, tendo em vista a proposta de fortalecimento de auto-estima, da identidade, do potencial “crítico” da realidade. Os relatos abaixo demonstram bem o entrelaçamento entre esses discursos:

***“... gostamos muito da proposta do Comunidade Solidária, porque eles não querem a formação específica, que o cara seja, sapateiro ou pedreiro, eles querem mais que isso querem a formação do cidadão ... existe uma preocupação com a formação da pessoa, da sua auto-estima, de sua participação na sociedade...” (Entrevistado do CVI)***

***“... nosso objetivo com a profissionalização não é apenas encontrar um emprego para a menina, mas promover sua auto-estima ...” (Entrevistado do IDAC)***

Consideramos que a degradação das relações de trabalho e a ausência de uma política pública que trate com seriedade a questão das condições de inserção no mercado de trabalho dos jovens que apresentam baixo nível de escolaridade, provenientes de comunidades extremamente carentes, têm justificado o desenvolvimento de projetos que envolvem a parceria entre Estado e a sociedade civil, de modo a amenizar os conflitos sociais e a possibilidade de revolta desses jovens, a partir do pressuposto de que o indivíduo é responsável por sua condição social.

Não se constitui como novidade o desenvolvimento pelos órgãos públicos no Brasil de projetos de capacitação profissional de caráter assistencial voltados sobretudo para jovens. O poder público desenvolveu historicamente, em parceria com organizações da sociedade civil, cursos de curta duração de capacitação, voltados para os segmentos mais vulneráveis da sociedade (meninos de rua, portadores de deficiência física, etc.). Na realidade, esses cursos ao invés de prepararem para o mercado de trabalho conforme o proposto, muitas vezes desempenham muito mais uma função de justificativa ideológica para o processo de desigualdade e o tratamento diferenciado entre as classes sociais.

Os relatos abaixo expressam a preocupação dos entrevistados com a necessidade do trabalhador se adequar à flexibilização das relações de trabalho, diante da redução do trabalho formal com carteira assinada e direitos garantidos, a partir de um crescimento do trabalho informal no país:

*“... a mulher tem que se preparar para o mercado informal. Ela não tem mais escolha. Eu acho que ela nem ninguém vai ter mais emprego no século XXI, vai ter sim, trabalho, que é diferente... hoje ela pode até ser empreendedora numa cooperativa do Morro do Cantagalo, mas hoje ela está aprendendo a empreender... amanhã ela pode dar passos maiores, o próprio negócio dela se desenvolver a ponto dela sair do morro, enfim...”* (Entrevistado da Asplande)

*“...estar no mundo do trabalho hoje, não é estar empregado necessariamente ... o mundo inteiro vem passando por reformulações nas relações de trabalho, e o emprego, com estabilidade, com segurança, se torna cada vez mais escasso...”* (Entrevistado do CVI)

*“...o CVI quer colocar a pessoa em condições de competir ... por isso nos preocupamos com a habilitação no sentido mais amplo, no sentido de despertar na pessoa novos hábitos ... curiosidade de se conhecer, de se informar cada vez mais do que acontece, de ler, estabelecer relações com os outros ... o trabalhador tem que se harmonizar com o ambiente de trabalho ...”* (Entrevistado do CVI)

Diante da desresponsabilização do Estado com a proteção ao trabalho, setores significativos de trabalhadores vêm sendo incorporados ao mercado em condições precárias, tornando-se cada vez mais escasso o trabalhador assalariado, estável, com direitos sociais garantidos.

O PLANFOR, que fornece as diretrizes para os diversos programas de capacitação profissional, busca passar a idéia de que diante da **“modernização das relações entre capital e trabalho”**, constitui-se como um direito a qualificação profissional, ou seja, o problema do desemprego é deslocado de suas bases estruturais e políticas e centra-se na culpabilização do indivíduo, que não estaria apto a se adequar às novas exigências do capital

O plano exalta a capacidade criativa do trabalhador, sem fazer a devida diferenciação, como aponta Antunes (1999), da população que assume uma posição mais estável no mercado de trabalho, que enfrenta novas demandas no processo de produção, devido a maior complexidade das tarefas e a utilização de tecnologia de ponta, da população excluída do mercado de trabalho e estimulada pelo próprio governo a buscar uma inserção a partir do mercado informal.

A pretensa preocupação do governo em formar uma mão-de-obra qualificada, em criar as bases para a construção de um novo perfil de trabalhador, adequado a competitividade no mercado, parte de um discurso generalizante de socialização a uma nova cultura produtiva, onde são exaltados valores como: liberdade, consciência, criatividade, cidadania, como forma de encobrir o processo de conflito e contradição inscritos no mercado, que tem como base material concreta a desregulamentação dos direitos e garantias de proteção ao trabalho.

No curso do processo de reestruturação produtiva, o trabalho é degradado em sua base material concreta, como indica Antunes (1999) através da extinção de postos de trabalho, da racionalização ou terceirização dos serviços, ou seja, de uma incapacidade crescente do mercado de trabalho em absorver adequadamente a mão-de-obra disponível. Diante de parâmetros altamente seletivos para tal absorção, trabalhadores são lançados na incerteza de se adequarem às novas exigências do mercado. As transformações no mercado de trabalho trazem como grande desafio a possibilidade de empregabilidade do trabalhador.

A maioria das ONGs estudadas, apesar do discurso da importância do trabalhador desenvolver seu potencial criativo, se preparar, buscar se qualificar, prepara esse trabalhador para uma inserção marginal no mercado, com condições precárias de trabalho, sem garantias, por tempo limitado, enfim, com uma completa instabilidade. É o que percebemos nos seguintes relatos:

*“... buscamos preparar as pessoas para o trabalho informal, para que aprendam a arte de serem empreendedoras, para serem donas do seu próprio destino ...”* (Entrevistado da Asplande)

*“... fomos procurados pela Shell do Brasil, para a prestação de serviços com mão-de-obra com portadores de deficiência ... A pessoa fazia em casa embalagens de brindes promocionais para o programa de qualidade da Shell. Não valia a pena pra Shell pagar, contratar funcionários em função disso ... uma pessoa deficiente ia lá duas vezes por semana, pegava o material, levava para casa fazia embalagens, brindes e levava para Shell ...”* (Entrevistado do CVI)

*“... saiu agora uma Portaria no Ministério do Trabalho que permite que empresas coloquem pessoas deficientes por até seis meses, sem vínculo empregatício para treinamento profissional ...”* (Entrevistado do CVI)

*“... já tivemos cursos de cabeleireiro, manicure... você vê hoje meninas que conseguiram montar salões de beleza, outras não, continuam lá na sua comunidade, fazendo sua unhazinha, cobrando R\$2,00, outras que saíram foram fazer unha na Barra e podem cobrar R\$12,00, R\$15,00 ...”* (Entrevistado do IDAC)

*“... a profissionalização na área de informática, inclui vivências práticas nas empresas ... ali se estabelecem outras relações que não aquela de educadora-aprendiz, mas que também não é uma relação de empresa ... porque a gente não trabalha com a questão de que elas vão ficar empregadas ... mas é uma simulação de como vai ser essa questão do trabalho...”* (Entrevistado do IDAC)

De acordo com Tiriba (1998), cabe pensar em que medida os diversos agentes acionados pelo poder público como: entidades filantrópicas, associações de moradores, ONGs e diversas outras organizações da sociedade civil, que se auto-definem como aliados dos setores populares na geração de trabalho e renda, acabam por contribuir, através das atividades desenvolvidas, para o processo de informalização do trabalho, concebido desde o afrouxamento da proteção legal do emprego, perda de direitos e garantias até as **“estratégias de sobrevivência”**, desenvolvidas pelos segmentos populares e estimuladas por esses agentes, que tendem a **“fazer coro com os projetos de deteriorização das relações de trabalho, hoje tão fortemente presentes no processo de reestruturação produtiva e de globalização da economia”** (Tiriba; 1998; 191).

É nesse sentido que Franco (1998), aponta que não há condições de imaginar um processo de reestruturação produtiva no Brasil, sem mencionar o quadro social que configura a realidade do país. Quando se pensa em preparar a mão-de-obra para um novo modelo de acumulação, devemos ter em conta, segundo o autor, que dos 74 milhões de trabalhadores que constituem a PEA do Brasil, 38% tem menos de quatro anos de estudo e cerca de 20% são analfabetos, destes aproximadamente 80% são jovens entre 15 e 30 anos de idade. Juntam-se a esses, os problemas estruturais da sociedade brasileira (a questão da terra, pobreza, desemprego sem proteção, além da retirada do Estado das políticas públicas).

As iniciativas voltadas para a qualificação dos trabalhadores que adquiriram maior visibilidade, a partir do governo FHC, enfrentam o dilema de conciliação de dois extremos: o analfabetismo de 20% da PEA e o aprofundamento da crise econômico-social com a crescente exclusão dos mais pobres e despreparados.

Diante da dificuldade de equacionamento da questão, o governo demonstra uma tendência em privilegiar o mercado informal como possibilidade de inserção **“para os trabalhadores menos preparados e excluídos do círculo estreito daqueles já socializados para a cooperação com o capital, inseridos nas empresas dentro das novas exigências tecnológicas e organizacionais”**. (Franco; 1998; 122).

Antunes salienta ainda que apesar do mercado informal não ter condições de abarcar todos os excluídos do espaço formal, a sua indicação por parte do governo como um campo disponível a todos e em que todos podem desenvolver seu potencial criativo e sua

liberdade, não encontra ressonância na realidade. De acordo com Antunes, essas atividades “...*cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma responsabilidade pública e social com os desempregados...*” (1999; 113).

Nesse sentido, Souto (1989) chama a atenção para a ampliação dos usos e dos sentidos do termo “informal”, que diante da tendência de flexibilização das relações de trabalho, passa a englobar de forma crescente uma variedade de possibilidades de precarização do trabalho: terceirização das atividades; trabalho por tempo limitado e sem carteira assinada; trabalho autônomo, em domicílio e várias outras tendências, que têm em comum, sua subordinação ao sistema capitalista e o privilegiamento de determinado modelo de acumulação em detrimento dos direitos dos trabalhadores e até mesmo da possibilidade de manutenção de sua existência, nos casos em que sua mão-de-obra é desnecessária ao sistema.

Antunes (1999) aponta a expansão do trabalho em domicílio, como uma alternativa propiciada pelo crescimento das formas de flexibilização e precarização do processo produtivo de impacto muito limitado diante das perdas dos postos de trabalho. Segundo o autor, o trabalho em domicílio, diferente do que é apontado por muitos, está diretamente subordinado ao capital. Realizado de forma individualizada e sem proteção, nem garantias, transparece um total domínio do capital sobre as necessidades e interesses dos trabalhadores. Além da sua pouca eficácia produtiva, consideramos que essas formas alternativas de inserção no mercado de trabalho significam toda uma desconstrução das conquistas dos trabalhadores no que diz respeito a regulamentação das relações entre capital e trabalho.

É nesse contexto, que o governo federal vem estimulando o auto-emprego e o cooperativismo, como formas de conter os conflitos sociais decorrentes do desemprego crescente, agudizados pelas políticas neoliberais. Essa se constitui como uma das estratégias do governo FHC, diante da emergência, segundo o autor, de construção de um novo tipo de cidadania, que una no mesmo estatuto, os chamados formais e informais. A abordagem da questão da precarização e desregulamentação das relações de trabalho, a partir do tema cidadania, mostra a pretensão do governo em definir um estatuto com o qual todos se identifiquem, baseado no ideário de uma pretensa “*igualdade de oportunidades*”, propiciada pelos



projetos de capacitação profissional, enquanto instrumentalização para a competição no mercado.

Podemos dizer que a grande massa populacional, excluída do mercado formal, ou seja, do trabalho assalariado com direitos trabalhistas garantidos, é incentivada a ver na informalidade a possibilidade de construção de sua cidadania, concebida como fortalecimento pessoal para a competição no mercado.

Nesse sentido, Paiva (1997), destaca que diante das transformações no processo produtivo, o projeto hegemônico do capital no Brasil, aponta cada vez mais para a necessidade de desenvolvimento de novas e maiores **“forças psíquicas e virtudes pessoais, necessárias a vida num mundo em que a concorrência se acirrou”**. (Paiva;1997;130) Cidadania passa a ser concebida, como preparação do indivíduo, não apenas no que diz respeito a qualificação técnica, como também do fator subjetivo para o enfrentamento da instabilidade e possíveis mudanças de posição no mercado.

Assim, o governo federal pautado no discurso de **“quem tem competência que se estabeleça”**, busca naturalizar a problemática da degradação das relações de trabalho, e da precarização do emprego assalariado, fomentando, através de sua política de capacitação, as mais variadas formas de informalização do trabalho, entre as quais encontram-se as alternativas de sobrevivência acionadas pela população nos centros urbanos como: comércio ambulante, serviços domésticos, cooperativas, etc.

De acordo com Gentilli (1998), a garantia do emprego como direito social, se desfaz diante da nova promessa de sucesso no mercado de trabalho, de acordo com a competência e capacidade individual de cada um. Nesse sentido, o autor salienta que nos marcos da reestruturação produtiva se chegou ao reconhecimento de que é necessário educar não apenas para o emprego, como também para o desemprego, a partir da desconstrução do ideal de pleno emprego, do mercado de trabalho como um espaço ilimitado, que abarca a todos. Segundo o autor promove-se assim no campo da educação, o que ele denomina como “desintegração da proposta integradora”, que traz imbutido uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho, muito mais arriscada e com um alto custo social, o que tem configurado todo um contexto de agravamento do processo de exclusão social.

Diante do processo de ampliação do desemprego estrutural e desregulamentação das relações trabalhistas, segundo Pochmann

(1999), o governo FHC tem se empenhado no desenvolvimento de programas de capacitação profissional voltados para incentivar os trabalhadores a buscarem na informalidade, a solução ideal para uma situação que se quer fazer crer, “**individual**”.

Sendo assim, consideramos que as concepções dos entrevistados no que diz respeito ao trabalho como mediação para a cidadania, refletem a tentativa do governo em naturalizar e despolitizar as relações entre capital e trabalho. Os discursos dos profissionais entrevistados e os trabalhos desenvolvidos no âmbito dessas entidades (exceto o projeto de assessoria a creches do Fé e Alegria), encontram-se em grande medida sintonizados com a proposta do governo Fernando Henrique Cardoso, presente no PLANFOR, quanto à qualificação pautada na exaltação da competência e da livre-concorrência, sem garantias quanto à inserção no mercado de trabalho.

No que se refere ao encaminhamento das demandas dos beneficiários das ONGs, podemos dizer que grande parte dos entrevistados, aponta a ação solidária entre os membros da própria comunidade e não os direitos de cidadania, como o instrumento privilegiado no equacionamento das demandas:

*“... a gente faz visitas entre cooperativas, para que elas conheçam outras realidades e possam fazer comparações ... tem comunidades que se desenvolveram mais que outras ... essa comparação é importante, para que elas vejam a possibilidade de mudança ... mas por outro lado, se você compara o seu com o outro e vê que você está melhor... isso serve para estimular a solidariedade com o outro... você acaba querendo ajudar, tirar do seu para dar para o outro...”* (Entrevistado da Asplande)

*“... a gente pensa em como fazer as meninas participarem não apenas como beneficiária do projeto... mas que pensem também em sua responsabilidade com a comunidade, sejam solidárias... identificando o que precisa lá e como elas podem estar dando um outro tipo de retorno ...”* (Entrevistado do IDAC)

*“ ... hoje se eu quero inserir alguém no mercado de trabalho, eu não posso chegar na empresa com um pires na mão, procurando uma vaga para o coitadinho do*

*deficiente... a idéia é eu te ofereço isso... que pode ser mais vantajoso para você, por isso e isso...*” (Entrevistado do CVI)

*“... diferente do que se fazia antes que você mandava um projeto para o governo para que ele financiasse tudo, hoje o governo faz uma parte, a ONG outra e a empresa outra... é aquela história de via de mão-dupla... eu tenho isso preciso daquilo. Como é que a gente pode negociar?...”* (Entrevistado do CVI)

De acordo com Gusmão (2000), diante da reestruturação do processo produtivo, o atendimento às necessidades sociais sofre um reordenamento comunitário, onde o individualismo está entranhado. Nesse sentido, para a autora citada, promove-se uma subordinação dos interesses dos trabalhadores às exigências do capital e não a defesa de seus direitos. Na realidade, o discurso de solidariedade entre as classes, se desenvolve num contexto de acirramento da competição e do individualismo.

Como nos alerta Netto *“...o apelo às iniciativas da sociedade civil, tomadas supraclassistamente recobrem a desresponsabilização do Estado em face das seqüelas da questão social, mediante a convocação de parcerias, perfeitamente compatíveis com o esvaziamento da efetividade da cidadania...”* (Netto; 1996; 122) É nesse sentido que Telles (1998) aponta o processo de refilantropização da pobreza como um retrocesso social e político no espaço dos direitos.

Consideramos que as atividades desenvolvidas pelas ONGs nos projetos de capacitação profissional em parceria com o Estado, encontram-se, em grande medida, em consonância com a política de naturalização e despolitização dos conflitos inerentes à relação entre capital e trabalho e na culpabilização do indivíduo de sua posição no mercado. Enquanto proposta de formação profissional, trata-se de preparar o trabalhador, como aponta Gentilli (1998), para o desemprego e no limite, para uma inserção marginal no mercado de trabalho, que segundo Antunes (1999), é intrínseca e até mesmo funcional ao sistema capitalista, conformando, mesmo que indiretamente, uma exploração dessa mão-de-obra pelo capital.

A formação dos trabalhadores no Brasil se desenvolveu historicamente a partir de uma segmentação do ensino no que tange às diferentes classes e grupos sociais e do conhecimento que se

considera necessário a cada grupo, de acordo com o papel que desempenha na divisão do trabalho, afastando-se assim da noção de direito e cidadania, de forma a garantir os interesses do capital.

Sendo assim, Frigotto (1999), assinala a importância de uma tomada de consciência dessa realidade por parte dos sujeitos coletivos (sindicatos, movimentos sociais, etc.) de forma que tenham capacidade de ampliar a esfera pública, de modo a intervir na organização do sistema educacional e de formação profissional, tendo em vista os interesses não de uma minoria, mas do conjunto dos trabalhadores.

O mesmo autor acima citado considera que a causa da agudização da exploração dos trabalhadores não se encontra no processo técnico em si, mas, sobretudo, no privilegiamento da esfera privada, dos interesses dos detentores de propriedade, em detrimento dos interesses do coletivo. Nesse contexto, caracteriza-se como um desafio a garantia da própria noção de direito e cidadania, tendo em vista o processo de disputa sobre o controle hegemônico da organização do sistema educacional e de formação profissional, no sentido de arrancá-los da esfera privada e submetê-los ao controle democrático da esfera pública.

Dessa forma, Dedecca (1998) considera que seria difícil pensar na possibilidade desses projetos de capacitação estarem contribuindo para o processo de cidadania sem um maior investimento na ação política dos trabalhadores, através da instrumentalização da ação sindical contra as ações arbitrárias no uso da força de trabalho, de modo a reverter o processo de precarização e informalização das relações de trabalho, num contexto de ampliação do desemprego e aumento da competição entre os próprios trabalhadores.

É nesse sentido que questionamos o impacto social dos projetos de capacitação profissional incentivados pelo governo Federal. A grande questão é para que tipo de emprego está se preparando essa população. Consideramos que mais do que preparar para algum tipo de trabalho, esses projetos de capacitação exercem o papel, como aponta Mota (1998), de socialização a partir de uma nova cultura do trabalho, associada a ausência de direitos e crescente instabilidade.

Consideramos também, que devido ao seu caráter fragmentado e focalizado, isolado de uma proposta efetiva de política pública de combate ao desemprego, esses projetos tendem a legitimar as mudanças no mundo do trabalho encabeçadas pelo capital, de

desproteção e retrocesso das conquistas sociais e políticas alcançadas ao longo dos anos pelos trabalhadores.

Diante das medidas de privilegiamento dos interesses do capital em relação ao trabalho e da divulgação de uma liberdade que não encontra ressonância no aspecto material, é impensável a possibilidade de ampliação da cidadania como proposto pelo PLANFOR, colocada no “vazio”, tendo em vista o agravamento das condições de existência dos segmentos populares, como também da desconstrução dos espaços de mediação política, como os direitos sociais, no processo de luta por uma redução das desigualdades sociais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos problematizar em que medida as ONGs têm se deixado cooptar pelo Estado e quais os desdobramentos das atividades desenvolvidas, através dos projetos de capacitação profissional, com relação à política mais ampla de garantia e ampliação dos direitos sociais e dos espaços de mediação para a construção de novos direitos.

A análise realizada buscou assumir uma abordagem histórica, pautada no processo contraditório de formação e ampliação da cidadania. A realização desse estudo se configurou como uma tarefa delicada, tendo em vista a complexidade das questões frente ao movimento da realidade social, que aponta para o chamado das ONGs (enquanto elementos do Terceiro Setor) como “parceiros”, pelo Estado, como no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, pautado numa visão comunitarista que busca despolitizar o espaço da sociedade civil e desconstruir seu papel histórico de pressão e de reivindicação.

Percebemos que as ONGs pesquisadas tendem, em sua maioria, a atender ao apelo do Estado, apoiadas num discurso de cidadania que privilegia a dimensão individual de fortalecimento da pessoa humana, abandonando seu papel de negociação junto ao mesmo, tendo em vista a intervenção nas políticas públicas. Em consequência disso se colocam como que “à disposição”, numa posição subalterna de co-gestão social para contribuir com as estratégias governamentais no enfrentamento dos problemas sociais, como se sociedade civil e governo compartilhassem dos mesmos interesses, negando o caráter conflituoso e contraditório dos processos sociais.

O discurso sobre a necessidade de qualificação dos trabalhadores, sem nenhuma atuação mais séria sobre a política de emprego, diante da acentuada instabilidade e seletividade do mercado de trabalho, nos faz questionar sobre o impacto real dos projetos de capacitação desenvolvidos pelo Estado em parceria com as organizações não-governamentais.

Cabe pensar até que ponto esses projetos de capacitação, na medida em que reforçam o discurso oficial da necessidade do indivíduo buscar se adequar às transformações na relação entre capital e trabalho, de forma a estar apto a competir no mercado, acabam por reforçar o dualismo na área educacional, consolidando um modelo de formação profissional historicamente construído no Brasil que estabelece uma clara diferenciação entre a formação das classes menos favorecidas, submetida aos interesses capitalistas e a formação das elites, direcionada para assumirem a condução da sociedade, resguardando os interesses da classe que representam.

A pesquisa realizada sobre a atuação das ONGs, reafirmou a tendência já apontada por outros autores, do governo atual, de promover uma “*parceria solidária*” entre Estado e o chamado Terceiro Setor através de um enquadramento comunitário da questão social, como estratégia para estabelecer uma coesão social via regulação dos conflitos.

Através da pesquisa realizada foi possível problematizar o significado dos projetos de capacitação profissional, desenvolvidos pelas ONGs, no contexto atual de desmonte do Estado e desconstrução das políticas públicas. Percebemos como em grande medida as ONGs pesquisadas vêm sendo cooptadas pelo Estado, absorvendo até mesmo o discurso oficial de cidadania, como fortalecimento da pessoa humana. Nesta perspectiva a pesquisa levanta questões no que diz respeito às novas modalidades de gestão do social, pautadas na retração do Estado de suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos, configurando um retrocesso social e político no campo da cidadania, tendendo a ser concebida não como canal de luta e participação em torno dos direitos, mas como a promoção de uma igualdade de oportunidades, pautada na idéia da competência individual.

A pesquisa realizada vem demonstrar a importância de problematizarmos não apenas os processos de exploração a que os trabalhadores vêm sendo submetidos, mas, sobretudo, as possíveis alternativas presentes no processo de disputa hegemônica em torno

de uma organização societal pautada na garantia do processo de ampliação da cidadania, tendo em vista o processo de conscientização, estímulo à organização e participação popular desde a base, de forma que a população assuma o papel de sujeito político na sociedade.

Assim, consideramos como de fundamental relevância refletirmos sobre o papel das ONGs no que diz respeito ao processo de fortalecimento da sociedade civil e promoção de uma solidariedade, que ao invés de despolitizar as relações entre as classes, estimule a aproximação e organização dos trabalhadores, para que não se igualem apenas na carência, mas no interesse em desfazer sua condição de subalternidade, tendo em vista a transformação da sociedade brasileira em direção à democracia.

**BIBLIOGRAFIA**

- ABONG. ONGs: *Um Perfil*. Cadastro das Associadas à ABONG. São Paulo: 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Impacto Social do Trabalho das ONGs no Brasil*. São Paulo: 1998. Mimeo.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo editorial, São Paulo: 1999.
- CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA: *Sociabilidade, Profissionalização e Auto-estima*. Boletim N°1, Brasília: Novembro/1997.
- CARDOSO, A. M. e outros. Trajetórias Ocupacionais, Desemprego e Empregabilidade. Há Algo de Novo na Agenda dos Estudos Sociais do Trabalho no Brasil? In: *Revista Contemporaneidade e Educação*, Maio/1997, N°.
- COMUNIDADE SOLIDÁRIA. *A Nova Lei do Terceiro Setor*. Conselho do Comunidade Solidária. Brasília, Março de 1999.
- CONSELHO DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA. *Relatório de Atividades 1995/1996*. Brasília: Programa Comunidade Solidária.
- DEDECCA, C.S. Emprego e Qualificação no Brasil dos Ano 90. In: *Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil*. UNICAMP, Instituto de Economia - IE \ 1998.
- DELUIZ, N. *Formação do Trabalhador: Produtividade e Cidadania*. Rio de Janeiro: SHAPE, 1995.
- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. *Um Debate para o Desenvolvimento Sustentado*. FAT, Brasília: Março/1999.
- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADANIA. *MTb*, SEFOR, 1995.
- FERNANDES, R.C. *Público Porém Privado: O Terceiro Setor na América Latina*. Civicus, Rio de Janeiro: 1994.
- FOGAÇA, A. *A Educação e a Reestruturação Produtiva no Brasil*. In: *Reforma do Estado e Política de Emprego no Brasil*. UNICAMP, Instituto de Economia - IE\1998.
- FRANCO, M. C. *Formação Profissional para o Trabalho Incerto: Um Estudo Comparativo: Brasil, México e Itália*. In: *Revista Educação e Crise do Trabalho*. Vozes, Petrópolis, 1998.
- FRIGOTTO, G. A. *A Produtividade da Escola Improdutiva*. Tese de Doutorado, PUC – SP: 1984.
- \_\_\_\_\_. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. Cortez, 3ª edição, São Paulo: 1999.



- GENTILLI, P. Educar para o Desemprego: A Desintegração da Promessa Integradora. In: *Revista Educação e Crise do Trabalho*. Vozes, Petrópolis: 1998.
- GUIA DE AVALIAÇÃO DO PLANFOR. FAT, Brasília, 2000.
- GUIA DO PLANFOR 1999/2002: *Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador*, FAT, Brasília: Março/1999.
- GUSMÃO, R. A Ideologia da Solidariedade. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, Nº 62, São Paulo: Cortez, 2000.
- LANDIN, L. Sem Fins Lucrativos. *As Organizações Não-Governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Notas em Torno do Terceiro Setor e outras Expressões Estratégicas*. Texto de Pesquisa. Rio de Janeiro: 1999.
- \_\_\_\_\_. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Texto de Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- LAUTIER, B. Os Amores Tumultuados Entre o Estado e a Economia Informal. In: *Revista Contemporaneidade e Educação*, Maio/1997, Nº1 .
- LESBAUPIN, I. *Hegemonia Neoliberal, Democracia em Declínio e Reação da Sociedade Civil*. ISER/ ASSESSORIA, Rio de Janeiro: 1996.
- MONTAÑO, C. Das “Lógicas do Estado” às “Lógicas da Sociedade Civil”: Estado e “Terceiro Setor” em questão. In: *Revista Serviço Social e Sociedade N.59*, Cortez, São Paulo: 1999.
- MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social. Um Estudo sobre as Tendências da Presidência e da Assistência Social Brasileira nos anos de 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. A Reestruturação Produtiva e as Novas Modalidades de Subordinação do Trabalho. In: *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social. Notas para uma análise. In: *Revista Serviço Social e Cidadania*, Nº 30, São Paulo: Cortez, 1996.
- O PLANFOR E SUAS DIVERSAS FORMAS DE AVALIAÇÃO. FAT, Brasília, 2000.
- PAIVA, V. Desmistificação das Profissões: Quando as Competências Reais Moldam as Formas de Inserção no Mundo do Trabalho. In: *Revista Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro: IEC, 1997.

- PAULA, L. F. R. Estado e Políticas Sociais no Brasil. *Revista Administração Pública*. Rio de Janeiro: Outubro/ Dezembro, 1994.
- PINTO, J. R. Trabalho sob Ameaça. In: *Jornal da Cidadania*, IBASE, Nº 88, Março/2000.
- PNHD. Brasil, Gênero e Raça: Todos Unidos Pela Igualdade de Oportunidades. Brasília, 1998.
- POCHMANN, M. *O Trabalho sob Fogo Cruzado: Exclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século*. São Paulo: Contexto, 1999.
- RELATÓRIO DA CONFEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. A Comunidade Solidária leva ao Desmonte da Assistência Social. Brasília: Março/1995.
- SANTOS, R.C.S. Formação Profissional no Setor Terciário: Avaliação da Qualificação das Práticas Desenvolvidas. *Tese PUC - RJ*, 1996.
- SILVA, L. A. e CHINELLI, F. Velhas e Novas Questões sobre a Informalização do Trabalho no Brasil Atual. In: *Revista Contemporaneidade e Educação*, Maio/1997.
- SOUTO, O. *O Espaço Econômico das Pequenas Unidades Produtivas. Uma Tentativa de Delimitação*. Rio de Janeiro: Coordenação dos Censos Econômicos, IBGE, 1989.
- TELLES, V. No Fio da Navalha: Entre Carências e Direitos. Notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. In: *Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais*, Nº 30, São Paulo: 1998.
- TIRIBA, L. V. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: Contradições e Desafios Frente à Crise do Trabalho Assalariado. In: *Revista Educação e Crise do Trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- UNITRABALHO. *Avaliação do Plano Estadual de Qualificação da Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social do Estado do Rio de Janeiro em 1998*. Relatório-síntese, Rio de Janeiro, 1999.